

ACTAS DEL VI CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN HISPÁNICA DE LITERATURA MEDIEVAL

(Alcalá de Henares, 12-16 de septiembre de 1995)

Edición a cargo de
José Manuel Lucía Megías

TOMO II



Servicio de Publicaciones
Universidad de Alcalá

1997

Quedan reservados todos los derechos, ni parte ni la totalidad de este libro puede ser reproducido por cualquier medio, ya sea mecánico o electrónico, sin el permiso de los editores.

Comité Organizador:

Carlos ALVAR
María del Carmen FERNÁNDEZ LÓPEZ
Sonia GARZA
José Manuel LUCÍA MEGÍAS
Joaquín RUBIO TOVAR
Pedro SÁNCHEZ-PRIETO BORJA
María Jesús TORRENS

En la edición de *Las Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval* han colaborado Pedro Sánchez-Prieto Borja, Joaquín Rubio Tovar, M.^a Carmen Fernández López, M.^a Jesús Torrens y Paciencia Talaya.

© Anónimas y colectivas
© Universidad Alcalá
Servicio de Publicaciones

I.S.B.N. (Obra completa): 84-8138-207-8
I.S.B.N.: (Tomo II): 84-8138-209-4

Depósito Legal: M-29892-1997

Imprime: Nuevo Siglo, S.L.

A ARTE DA ARGUMENTAÇÃO NO CONDE LUCANOR

Margarida Madureira
Universidade de Lisboa

Nos séculos XII-XIII, profundas transformações económicas e sociais estão na origem de alterações do modelo de representação que o mundo medieval elabora de si próprio. A emergência, desenvolvimento e evolução de novas formas de pregação constituem um dos testemunhos mais significativos deste processo, que se manifesta, nomeadamente, no subgénero dos sermões *ad status* (Corti, 1978). Deve dizer-se, no entanto, que, face às alterações que se verificam na sociedade medieval, as estratégias que presidem à renovação da pregação, embora constituam uma abertura e um reconhecimento do papel dos leigos na comunidade social, obedecem ao propósito de continuar a assegurar ao discurso emanando das instâncias religiosas um valor de *auctoritas* ao nível dos sistemas de significação e dos modelos de representação do mundo. Daí que, numa categorização em que a constatação da diversidade humana aparece alheia a qualquer sistematicidade¹, os modelos abstractos prevaleçam sobre a realidade do mundo sensível, numa tentativa de reinstaurar a ordem (hierárquica) fragilizada pela falência do modelo das *tres ordines*². Daí, também, que a distinção *clericus/laicus* conserve toda a pertinência como definição de lugares enunciativos, em termos que a seguir especificarei.

¹ O *status*, no sentido de condição social que detém na designação *sermones ad status*, refere-se tanto a aspectos funcionais, como a aspectos acidentais ou transitórios (Kaminsky, 1993, p. 688). São exemplo desta flutuação de critérios os *Sermones Vulgares seu ad Status* de Jacques de Vitry cuja ordenação considera aspectos espirituais, categorias socio-profissionais, estado civil, sexo, idade, etc.

² Veja-se o que, a propósito dos *sermones ad status*, diz M. Corti: «ici en effet on ne part pas des *res*, à savoir de l'univers sensible, empirique, pour en extrapoler les signes (symboles ou non) de l'univers spirituel situé au-dessus, on part au contraire de structures générales, de modèles du réel construits sur d'amples unités de signification, pour les appliquer ensuite au monde sensible, empirique, de façon à en éliminer le désordre, les discordances, et y substituer, selon la définition typique de l'école de Chartres, l'idée d'une *ordinata collectio creaturarum*». (1978, p. 95)

As fissuras e fragmentações que a alteração dos modelos segundo os quais a sociedade medieval se representa implica não se manifestam, assim, de imediato como elementos de desintegração ao nível das estruturas semióticas e ideológicas em razão de um conjunto de estratégias desenvolvidas pelo discurso doutrinário e moral. Uma perda de homogeneidade aparece, no entanto, desde logo, como inevitável se se tiver em conta que vectores dominantes desta alteração se constituem como factores de irradiação de discursos de carácter didáctico ou sapiencial em grupos da sociedade medieval sociológica e culturalmente diferenciados. Se é certo que a pregação não pode deixar de ter tido uma importância central na definição dos géneros didácticos e sapienciais em língua vulgar, quanto mais não seja por se tratar do discurso doutrinário e moral com mais ampla difusão em todas as camadas das populações, pode afirmar-se com igual segurança que, pelo menos nos seus aspectos mais inovadores, essa importância se reflecte sobretudo ao nível dos modelos e estruturas segundo os quais a sociedade medieval, a partir do século XIII, se representa e se fala. Estes modelos são progressivamente adaptados a uma visão mais secular do mundo, de acordo com intenções específicas que aproveitam e reformulam, em função de modalidades de comunicação diferentes, estratégias retóricas e argumentativas postas à prova pelos pregadores.

A dicotomia tópica *clericus/laicus* (ou *litteratus/illitteratus*) deve ser perspectivada, não como uma linha de clivagem, mas no contexto, analisado por Franz H. Bäuml ou Paul Zumthor, de uma continuidade cultural e discursiva entre saberes transmitidos preferencialmente pela escrita ou pela voz³, em diferentes línguas (latim/«romance»). De algum modo, portanto, um *corpus* de textos é difundido entre os vários grupos da sociedade medieval, que assim partilham, parcialmente, idênticos valores e idênticas modalidades de pensamento. Não insistirei no facto de o próprio tipo de argumentos utilizados na pregação (*auctoritates*, *rationes* e *exempla*) proporcionarem um testemunho significativo desta circulação de saberes transmitidos por diferentes meios e em diferentes línguas⁴. Mas a questão deve ser, correlativamente, abordada numa outra perspectiva. As considerações de pregadores e autores de *artes praedicandi* permitem aperceber, para além deste aspecto mais aparente, que a dicotomia *clericus/laicus*, frequentemente associada a formulações com um elevado grau de formalização ao nível do conteúdo e mesmo da expressão, constitui uma imagem tópica cujo sentido depende da(s) realidade(s) (*res*) e dos saberes a que os discursos em que se acha integrada fazem referência (Zumthor, 1987, p. 132). Vejo, assim, a distinção *clericus/laicus* como definição de

³ «*Litterati* and “quasi-literates” are acquainted with the oral tradition, but are functionally dependent on the written word. The *illitterati* are not unacquainted with the content of the Bible and of written vernacular narrative; they are, however, functionally dependent on orally transmitted directives for the conduct of their lives» (Baüml, 1980, pp. 246-247). Cf. também Zumthor, 1987, p. 131 ss.

⁴ Para Alain de Lille (provavelmente o primeiro autor de uma *ars praedicandi*), as principais *auctoritates* são as Escrituras Sagradas e os escritos dos Padres da Igreja, quer dizer, o *corpus* de textos de transmissão escrita fundamentais e fundadores do pensamento doutrinário e moral cristão; a estes textos é possível acrescentar, ainda de acordo com Alain de Lille, alguns *auctores* clássicos (Briscoe, 1992, p. 21 ss.). As fontes dos *exempla* são, porém, mais diversificadas, combinando tradições escritas e tradições orais e proporcionando-nos muitas vezes, por razões patentes no prólogo dos *Sermones Vulgares* de Jacques de Vitry, as versões mais antigas de narrativas de tradições orais (Bremond, Le Goff, Schmitt, 1982, p. 85 ss.).

lugares enunciativos no espaço de processos discursivos e textuais de produção ideológica de sentidos. A polaridade que a dicotomia tópica *clericus/laicus* implica indicia espaços no interior dos quais as relações de interação comunicativa obedecem a regras distintas.

Ao mesmo tempo que insistem na necessidade de adequar a eloquência sagrada ao nível de instrução do auditório leigo a quem o sermão se destina, os pregadores adoptam uma atitude de suspeição face à cultura laica pela valorização do mundo sensível, das coisas palpáveis (Bremond, Le Goff, Schmitt, 1982, pp. 85-86). Dirigem-se a um auditório cujos valores lhes são, em parte, estranhos e que eles dominam pela relação privilegiada que estabelecem com a palavra da Escritura Sagrada, mas não podem deixar de perspectivar toda uma trama de discursos e de textos com origem nesse pólo outro da sociedade e da cultura medieval, cuja especificidade procuram anular. Entre o discurso religioso oficial e os discursos produzidos no mundo leigo, as relações não são, por consequência, unívocas nem lineares. Desde logo porque a polaridade *clericus/laicus* pressupõe dois «campos» estanques e homogêneos, sem correspondência na realidade sociológica e cultural do mundo medieval.

Considerar a dicotomia tópica *clericus/laicus* como definição de lugares enunciativos, nos termos que referi, permite perceber que idênticas formulações que fazem depender os conteúdos textuais e os recursos expressivos do grau de instrução de potenciais destinatários, presentes quer nos sermonários e nas *artes praedicandi*, quer nos prólogos das várias partes do *Conde Lucanor*, sugerem uma convergência que apenas parcialmente se reflecte ao nível dos sistemas de significação e dos modelos de representação do mundo. Em qualquer dos casos, o facto de os discursos se destinarem a um público leigo exige a exposição clara, simples, transparente de conteúdos pouco profundos, condição necessária à eficácia da relação comunicativa.

A eloquência sagrada visa a persuasão. Recorre, para esse efeito, a técnicas retóricas, sistematizadas nas *artes praedicandi* produzidas desde finais do século XII ou inícios do século XIII. Destacam-se, num sermão, três tipos de argumentos básicos: as *auctoritates*, as *rationes* (que Jacques de Vitry substitui pelas *similitudines*) e os *exempla* (Bremond, Le Goff, Schmitt, 1982, pp. 154-155). Mas, se as *auctoritates* se revelam indispensáveis na medida em que são fundadoras do discurso doutrinário e moral, o doseamento dos vários tipos de argumentos depende do auditório a que o sermão se destina. Sem deixarem de se alicerçar nas *auctoritates*, e sobretudo na Escritura Sagrada, os sermões destinados a um público leigo, ao mesmo tempo que concedem uma importância crescente ao *exemplum*, privilegiam a vertente moral, em detrimento da vertente doutrinária, e a interpretação literal (frequentemente metafórica), em detrimento dos outros planos de interpretação do texto bíblico. Os processos de significação não se acham, porém, afectados. O modo como o discurso edificante se constrói a partir da glosa do texto bíblico tem por consequência que conceitos morais, emanando do próprio verbo divino, se constituem, numa perspectiva retórica, como *loci* que determinam a selecção dos argumentos, nomeadamente dos *exempla*, cristalizações virtuais e paradigmáticas das ocorrências que têm lugar no mundo da experiência sensível. Uma concepção do modelo de significação que, num processo de inclusões e reflexos, vai do plano simbólico ao das realidades concretas (Corti, 1978) projecta-se, deste modo,

nas próprias estruturas retóricas e argumentativas axiais do sermão, como testemunham, por exemplo, os *Sermones Vulgares* de Jacques de Vitry⁵.

O estudo das estruturas retóricas e argumentativas do *Conde Lucanor*, a começar pelo uso que faz da narrativa exemplar, apresenta-se como um bom ponto de partida para identificar as linhas de convergência e de fractura que, simultaneamente, aproximam e separam o projecto didáctico de Don Juan Manuel dos discursos da pregação. A primeira parte do *Conde Lucanor* é constituída por um quadro ficcional cuja estrutura dialógica motiva o relato de uma série de narrativas exemplares, às quais se segue um comentário que conduz à formulação de um ensinamento de natureza moral ou pragmática, a «sentença». Uma exposição que, apesar de muito lacunar, inclui a menção de predicados necessários ao processo de transformação que caracteriza todo o texto narrativo está na origem da narração do exemplo. A passagem do caso em aberto, enunciado no quadro ficcional, ao exemplo realiza-se por meio de um conjunto de fórmulas repetitivas, estruturadas em duas sequências semânticas que fazem depender a acção de um conhecimento do mundo (acontecer-saber) e de uma ética (dever-convir). O exemplo XI apresenta uma formulação paradigmática: «[...] para que vos fagades en esto lo que vos devedes, mucho querría que sopiédeses lo que contesçió a un deán de Sanctiago con don Yllán [...]» (p. 119). O conhecimento do mundo detém não só um valor didáctico, mas também edificante: por um lado, conduz a uma axiologia, por outro, mais pragmaticamente, é utilizado de forma proveitosa por quem o possui nas acções que realiza.

Predomina, no *Conde Lucanor*, o tipo de exemplo que, segundo Claude Bremond, releva da figura da sinédoque e que consiste na ilustração de uma regra geral por meio de uma das suas manifestações particulares. Ainda segundo este autor, a lição neste tipo de *exemplum* tem por função seleccionar os dados pertinentes e fixar o nível de generalização óptimo a que se situa a norma (Bremond, Le Goff, Schmitt, 1982, pp. 115-116). Esta definição, muito geral, aplica-se sem dificuldades ao funcionamento do exemplo no *Conde Lucanor*. A partir do momento em que se considera, não apenas as duas partes que compõem o exemplo (narrativa exemplar-texto sistemático normativo), mas também o contexto discursivo em que o texto exemplar se acha inserido, verificam-se, no entanto, alterações em relação às estruturas retóricas e argumentativas do sermão. Um aspecto importante consiste no facto de a narrativa exemplar ser antecedida de uma interpretação implícita que reporta o caso exposto pelo Conde Lucanor a um outro caso ocorrido no passado. O processo da *inventio* depende, por consequência, menos de *loci* morais, do que de *similitudines* memoriais: «[...] a mí paresçe que la manera que este vuestro hermano trae conbusco, semeja mucho a lo que dixo un moro a una su hermana» (exemplo XLVII, p. 277).

⁵ Sigo, na minha breve exposição, sobretudo esta colectânea de sermões que representa um testemunho particularmente elucidativo dos princípios e técnicas da pregação destinada a um auditório laico. Tanto quanto sei, a obra nunca foi editada na íntegra. Pode consultar-se, no entanto, Pitra, 1888, que oferece uma edição, para além de parcial, muito deficiente; e Crane, 1890, que inclui apenas os *exempla*, na maior parte dos casos sem os respectivos comentários. Schmitt, 1985, pp. 45-53, apresenta uma tradução completa e fiável do prólogo, parcialmente transcrito em Crane, pp. XLI-XLIII.

A ideia de que um princípio de similitude preside às múltiplas ocorrências da existência humana projecta-se numa rede horizontal, constituída tanto pelos casos apresentados pelo Conde Lucanor, como pelos exemplos narrados por Patronio. Procura-se, assim, por meios indutivos (nomeadamente, através do exemplo), controlar a diversidade e identificar, sob a dissemelhança, um conjunto finito de possibilidades recenseáveis de forma exaustiva: «E sería maravilla si de qualquier cosa que acaezca a qualquier omne, non fallare en este libro su semejança que acaesçió a otro» (p. 69). Parece (mas, como se verá, a afirmação deve ser matizada) que o processo de significação se desenrola num sentido inverso (embora complementar) em relação ao que Maria Corti identifica nos sermões *ad status*: trata-se de um processo que vai, não dos modelos abstractos às realidades concretas, mas das realidades às estruturas significantes (Corti, 1978, p. 93). Os factores de contingência e o engano das aparências, tema de muitas das narrativas do *Conde Lucanor*, constituem as principais ameaças a este modelo. Dito de outro modo, entre o eixo horizontal, construído pelas relações de similitude, e o eixo vertical, de sistematização, categorização e ordenação hierárquica, detectam-se fissuras: «Todas las cosas paresçen bien e son buenas, e paresçen mal e son malas, e paresçen bien e son malas, e paresçen malas e son buenas» (p. 316). Uma concepção deste tipo obriga ao desenvolvimento de estratégias específicas de validação de forma a assegurar que a estabilidade e a evidência dos sistemas de significação, reflectidos na imutabilidade do modelo de organização social, controlem ainda a diversidade e a contingência das realidades concretas.

Encarada nesta perspectiva, a escolha dos argumentos não pode ser analisada apenas como uma componente do texto realizado. As estruturas retóricas e argumentativas envolvem os diversos aspectos que constituem o acto discursivo, incluindo o quadro comunicacional, e, apesar da dívida evidente, constituem marcas muito claras de uma inflexão fundamental relativamente às práticas discursivas da eloquência sagrada. Em última instância, o *Conde Lucanor*, do mesmo modo que a pregação, propõe-se transmitir um ensinamento salutar. Não é, sem dúvida, estranho a esta intenção o facto de a dívida em relação à estrutura argumentativa do sermão ser mais acentuada na quinta parte da obra na qual Don Juan Manuel apresenta um breve tratado doutrinal articulando a enunciação de dogmas fundamentais da fé cristã, razões e exemplos. Fica, porém, explícito, tanto na quinta parte como nos dois únicos exemplos da primeira parte que são objecto de uma interpretação alegórica espiritual (exemplos XLVIII e XLIX), que a doutrina delimita campos possíveis da acção humana e que é a esta realidade da acção humana que a maior parte da obra faz referência:

E por todas estas razones, conséjovos yo que fagades tales obras en este mundo porque quando dél ovierdes de salir, falledes buena posada en el aquél do avedes a durar para sienpre [...]. Pero seyendo estas cosas guardadas, todo lo que pudierdes fazer por levar vuestra onra e vuestro estado adelante, tengo que lo deveades fazer e es bien que lo fagades. (exemplo XLIX, p. 289)

O deslocar dos saberes e das realidades a que o discurso faz referência tem por consequência a redefinição dos códigos que determinam, nos planos ético e pragmático,

a aceitabilidade da acção. Daí que, embora não sendo falso, seja redutor explicar a quase ausência de citações de *audivitas*, que se verifica mesmo na quinta parte, pela necessidade de adequar o conteúdo textual ao grau de instrução e à sensibilidade do público laico, não letrado, a que explicitamente a obra se destina. A ausência de menções de *audivitas*, pelo vazio de referências que cria, abre o espaço em que se inscreve uma *audivitas* inédita cuja pertinência assenta no sentimento de uma maior proximidade em relação ao quotidiano, à experiência empírica e ideológica partilhada por autor e leitores. Garantida pela exactidão da letra do registo escrito assim como pelo nome do autor⁶, esta *audivitas* é percebida como radicalmente contemporânea, sem deixar de significar uma atemporalidade pela qual o presente é reportado a uma ordem eterna a partir da identificação de categorias humanas, situações e acções típicas cuja aceitabilidade é controlada por um sistema axiológico igualmente imutável. Compreende-se, pois, que tanto as «qualidades» dos indivíduos, como as das acções individuais, só possam ser determinadas por referência a redes de sistemas de significação que neles se manifestam.

Referi anteriormente o facto de as *audivitas*, fundadoras do discurso doutrinário e moral na pregação, fornecerem, numa perspectiva retórica, os *loci* a partir dos quais o pregador selecciona e desenvolve os argumentos. Na medida em que enunciam os códigos de aceitabilidade, ética e pragmática, que regem a acção humana no *Conde Lucanor*, os dísticos que enunciam a «sentença» no final de cada exemplo ou os «proverbios» que ocupam as segunda, terceira e quarta partes da obra podem ser vistos como enunciados com valor de autoridade. Em certos momentos, a função destes enunciados no processo da *inventio* no *Conde Lucanor* é análoga à das citações de *audivitas* na eloquência religiosa. Enunciados sentenciosos ou simplesmente de carácter aforístico atravessam as narrativas exemplares proporcionando, a partir da remissão para uma ordem, qualquer que seja a sua natureza (princípios éticos, constantes do carácter e do comportamento humano ou de alguns estados), os *loci* da invenção tópica. Assim, a impenetrabilidade dos desígnios da divina providência, ensinamento retirado do exemplo XVIII, constitui, no exemplo XXV, o argumento (a razão) que justifica a prisão do conde da Provença por Saladino:

E porque los juizios de Dios son muy maravillosos e muy ascondidos, e Nuestro Señor tiene por bien de tentar muchas vezes a los sus amigos, pero si aquella temptación saben sufrir, sienpre Nuestro Señor guisa que torne el pleito a onra e a pro de aquel a quien tienta; e por esta razón [...] (p. 175).

Mais frequentemente, são constatações sobre a natureza ou o comportamento de certos estados (os jovens⁷, os homens de «grant estado»⁸) que realizam esta função. Se

⁶ «E porque don Johan vio e sabe que en los libros contesçen muchos yerros en los trasladar, porque las letras semejan unas a otras, cuidando por la una letra que es otra, en escriviéndolo, múdase toda la razón [...] ruega a los que leyeren qualquier libro que fuere trasladado del que él compuso [...] que si fallaren alguna palabra mal puesta, que non pongan la culpa a él, fasta que bean el libro mismo que don Johan fizo, que es emendado, en muchos logares, de su letra» (p. 70).

⁷ «E vien cred que quanto los moços son más sotiles de entendimiento, tanto son más aparejados para fazer grandes yerros para sus fazendas [...]. E así, aquel moço [...]» (exemplo II, p. 84).

⁸ «[...] e los omnes que grant estado tienen, de que todo lo suyo an librado a su voluntad, olvidan mucho aína lo que otrie a fecho por ellos - e él que se reçelava que, de que él oviesse aprendido dél aquello que él quería saber, que non le faría tanto bien commo él le prometía» (exemplo XI, p. 120).

se aceitar a posição de Karlheinz Stierle, que define o exemplo como uma forma narrativa mínima que deriva de enunciados sistemáticos mínimos (1972, p. 180), esta função de «sentenças» e aforismos é generalizável a todo o discurso exemplar.

Ainda que a recepção medieval do *Conde Lucanor*, a avaliar pelos manuscritos que nos chegaram, pareça ter privilegiado os exemplos, o núcleo didáctico e edificante da obra é formado pelos ditos sentenciosos, como revelam as segunda, terceira e quarta partes, inteiramente ocupadas por «proverbios» cujo proveito, para o leitor perspicaz, é considerado equivalente ao dos exemplos da primeira parte⁹. Associada a um modo de perceber a realidade à luz do sentido ético (a «sentença») que nela se manifesta, esta concepção atribui, à partida, ao exemplo a função de argumento retórico que detém no sermão (Bremond, Le Goff, Schmitt, 1982, p. 28). A maior obscuridade dos «proverbios» em relação à primeira parte da obra advém, nesta perspectiva, não apenas da incoerência sintáctica, que afecta sobretudo os ditos sentenciosos da quarta parte, mas também da concisão dos enunciados que resulta da elisão dos argumentos (exemplos e razões) que, na primeira parte, fornecem a prova da justeza dos ensinamentos. Deve-se, porém, ter em conta que não se trata, como na eloquência sagrada, de aceder a verdades espirituais por intermédio de representações sensíveis. Quer os exemplos, quer os «proverbios», dizem respeito às «cosas [que] puedan acaesçer para las vidas e las faziendas de los omnes» (p. 313). A obscuridade de «sentenças» e «proverbios» não reside, portanto, na profundidade dos conteúdos —que «non son muy sotiles en sí» (p. 313)— mas na própria natureza da realidade à qual a obra se refere: essa realidade, suspeita aos olhos dos pregadores, das coisas visíveis, palpáveis, corporais, conhecidas por intermédio dos sentidos:

mas lo que desto se puede saber es por señales que paresçen [...]. [...] e pues digo señales, digo cosa non çierta, ca la señal sienpre es cosa que paresçe por ella lo que deve seer; mas non es cosa forçada que sea assí en toda guisa (exemplo XXIV, pp. 169-170).

Ainda que não pretenda, como o exemplo na eloquência sagrada, converter o auditório, isto é, transformá-lo, o *Conde Lucanor* conserva a intenção de demonstrar uma verdade essencial no sentido de alterar o comportamento do receptor. Sem pôr em causa esta intenção fundamental, a natureza da realidade a que a obra se refere tende, contudo, a afastar a função do exemplo no *Conde Lucanor* do modelo exemplar da pregação. Conduzindo à formulação de normas éticas ou simplesmente traçando constantes da conduta humana, máximas e sentenças delimitam os parâmetros de aceitabilidade da acção futura, ao mesmo tempo que relevam de uma observação de ocorrências passadas. Daí, no plano do conteúdo textual, uma indeterminação da *auctoritas*, reconhecida quer na especificidade e na concretude dos relatos exemplares, quer na abstracção e generalização das «sentenças» e «proverbios». A margem da contingência projecta-se, deste modo, nos eixos horizontal e vertical do texto, o que

⁹ «E commo quier que en esto que vos he dicho en este libro [segunda parte] ay menos palabras que en el otro, sabet que non es menos el aprovechamiento e el entendimiento deste que del otro, ante es muy mayor para quien lo estudiare e lo entendiere; ca en 'l otro ay cinquenta enxemplos e en éste ay ciento» (prólogo da terceira parte, p. 323).

explica que as razões, para além de recuperarem o raciocínio entimemático do discurso da pregação, considerem as contingências da aplicação das «sentenças» à acção humana:

mas, pues el omne ha entendimiento e razón, todas las cosas que fazer pudiere por poner consejo en las cosas quel acaesçieren, dévelo facer; mas en las cosas en que se non puede poner ningún consejo, aquellas deve omne tener que, pues se fazen por voluntad de Dios, que aquello es lo mejor. (exemplo XVIII, p. 147).

Associada a uma concepção da realidade que admite como essenciais factores de contingência, a fragilidade do valor de autoridade de «sentenças» e «proverbios» é parcialmente suprida a partir do reenvio para um sistema conceptual que pondera um conjunto de parâmetros concretos (embora não individualizados). Compreende-se, deste ponto de vista, a preeminência da noção de «estado» (e da noção, correlata, de «onra») no *Conde Lucanor*. Em relação à polaridade *clericus/laicus*, o reenvio para este sistema conceptual circunscreve um espaço de interacção comunicativa fundado no reconhecimento de uma experiência empírica e ideológica sentida como pertinente para o quotidiano e projectada no texto em termos de uma ordem ideal. A eficácia da trama de argumentos, enquanto discurso de *auctoritas*, é, assim, (re)construída em função dessa outra *auctoritas* que emerge da definição do lugar enunciativo do discurso do texto, lugar que a escrita e o nome do autor igualmente designam e representam.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALAIN DE LILLE, 1654 (Visch, C. de, ed.), *Summa de Arte Praedicatoria*, in Migne, J.-P., ed., *Patrologia Latina*, t. 210.
- BÄUML, F. H., 1980, «Varieties and Consequences of Medieval Literacy and Illiteracy», *Speculum*, 55/2, pp. 237-265.
- BREMOND, C., LE GOFF, J. e SCHMITT, J.-C., 1982, *L'«Exemplum»*, Turnhout, Brepols.
- BRISCOE, M. G. e JAYE, B., 1992, *Artes Praedicandi. Artes Orandi*, Turnhout, Brepols.
- CORTI, M., 1978, «Structures idéologiques et structures sémiotiques au XIIIe siècle», *Travaux de linguistique et de littérature*, XVI/1, pp. 93-105.
- JACQUES DE VITRY, 1890 (Crane, Th. F., ed.), *The «Exempla» or Illustrative Stories from the «Sermones Vulgares» of Jacques de Vitry*, London.
- JACQUES DE VITRY, 1888 (Pitra, J.-B., ed.), «Exempla Magistri Iacobi de Vitriaco Optima ad Praedicandum», in *Analecta Novissima Spicilegii Solesmensis, altera continuatio*, II, pp. 443-461, Paris, Frascati.
- JUAN MANUEL [DON], 1986 (Sotelo, A. I., ed.), *Libro de los Exiemplos del Conde Lucanor e de Patronio*, Madrid, Cátedra.
- KAMINSKY, H., 1993, «Estate, Nobility, and the Exhibition of Estate in the Later Middle Ages», *Speculum*, 68/3, pp. 684-709.

- SCHMITT, J.-C., ed., 1985, *Prêcher d'exemples. Récits de prédicateurs du Moyen Age*, Paris, Stock.
- STIERLE, K., 1972, «L'Histoire comme Exemple, l'Exemple comme Histoire. Contribution à la pragmatique et à la poétique des textes narratifs», *Poétique*, 10, pp. 176-198.
- ZUMTHOR, P., 1987, *La Lettre et la voix. De la «littérature» médiévale*, Paris, Seuil.

CONTE E ARGUMENTAÇÃO: A POÉTICA DO EXEMPLO
 EM FICÇÃO NARRATIVA
 UM LEGADO PORTUGUÊS

Carla de Brito Pereira

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Línguas e Literaturas, Lisboa, Portugal

Este artigo procura analisar a poética do exemplo em ficção narrativa medieval, com especial atenção para o caso português. Para isso, serão analisados alguns exemplos de ficção narrativa medieval portuguesa, nomeadamente o *Conto do Rei Esplendoroso* e o *Conto do Rei de Castela*, e os seus usos argumentativos. A análise será feita a partir de uma abordagem teórico-pragmática, considerando a poética do exemplo e a poética da ficção narrativa medieval portuguesa.

Palavras-chave: ficção narrativa medieval portuguesa, poética do exemplo, poética da ficção narrativa medieval portuguesa.

1. Introdução

Desde os primeiros estudos de literatura, sempre se tem considerado a poética do exemplo como um dos aspetos fundamentais da poética da ficção narrativa medieval portuguesa. A poética do exemplo é, portanto, um dos aspetos fundamentais da poética da ficção narrativa medieval portuguesa.

M. Bakhtin (1981) define a poética do exemplo como a poética da ficção narrativa medieval portuguesa. Segundo Bakhtin, a poética do exemplo é a poética da ficção narrativa medieval portuguesa. A poética do exemplo é, portanto, um dos aspetos fundamentais da poética da ficção narrativa medieval portuguesa.

1.1. A poética do exemplo em ficção narrativa medieval portuguesa. A poética do exemplo é a poética da ficção narrativa medieval portuguesa. A poética do exemplo é, portanto, um dos aspetos fundamentais da poética da ficção narrativa medieval portuguesa.